

Reforma fiscal e credibilidade, a receita contra a hiperinflação.

Mesmo que os riscos da hiperinflação sejam grandes, o perigo ainda pode ser evitado, na opinião de economistas e empresários. Tudo depende de um controle adequado das políticas fiscal, monetária e cambial, disseram ontem no Rio os economistas Gustavo Franco, da PUC do Rio, Cristina Pinotti, da USP, e Alkimar Moura, ex-diretor da Dívida Pública do Banco Central, no seminário "Hiperinflação: Táticas Defensivas", promovido pela Bolsa Brasileira de Futuros e pela agência de informações econômicas Dinheiro Vivo.

Todas as pré-condições da hiperinflação já se manifestam na economia brasileira, diagnosticou Gustavo Franco. Déficit fiscal, pressões salariais e elevadas transferências de recursos para o Exterior, através da dívida externa, são componentes que aqui se manifestam e estiveram presentes na Alemanha de 1923, afirmou o economista. Para ele, a maior preocupação é de que aconteça algum salto na taxa de inflação, a exemplo do pulo de 100% ao mês para 30.000% ao mês, em 1923, na Alemanha; ou, mais recentemente, o salto de 30% para 200%, na Argentina.

"Se a taxa se mantiver estável, não se justifica promover o aumento de preços de acordo com o BTN, como propõem alguns empresários", diz, Edson Vaz Musa, presidente da Rhodia. Esta proposta, afirmou, "só teria fundamento se o receio da hiperinflação se tornasse real".

Arthur Sendas, presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), também acredita que "não corre-mos, pelos menos por enquanto, o risco de uma hiperinflação". Na sua opinião, a inflação de julho ficará abaixo dos 30%, uma vez que os aumentos de preços mais expressivos incidiram sobre a inflação de junho, quando subiram produtos como feijão, arroz e carne. Presidente de uma das grandes redes de supermercados, Sendas confirmou que pelo menos 60% dos setores cartelizados praticaram reajustes "muito acima da realidade", mas ele não quis enumerar que setores são esses. Sen-

das se disse disposto a denunciar, em reuniões privadas com autoridades, os abusos cometidos.

Confiança

De acordo com o economista Gustavo Franco, é fundamental que o governo incremente a confiabilidade na indexação oficial, de modo a evitar que o dólar seja considerado o indexador. Para reverter o processo de aceleração inflacionária, disse, não há saída consistente fora da reforma de várias áreas, sobretudo a fiscal. Gustavo Franco responsabilizou o Plano Verão pelo salto da inflação de 9% ao mês para quase 25%, na medida em que determinou o fim da indexação, levando empresários a trabalhar com expectativas inflacionárias as mais variadas. "Foi uma burrice monumental", afirmou, emitindo uma opinião compartilhada por Cristina Pinotti.

Trabalhar com todas as primeiras evidências e não esperar o fato consumado foi o conselho de Cristina Pinotti ao governo, especialmente no que diz respeito a juros e câmbio. Depois de, equivocadamente, implementar política de juros altos e alta expansão monetária no Plano Verão, seguida de juros baixos com alta expansão até maio, o governo finalmente acertou, em junho, com a política de juros altos e expansão baixa, segundo ela. "Tenho certeza de que os empresários vão pedir juros mais baixos, mas isso significa inflação e será o mesmo que andar sobre o fio da navalha", disparou.

Embora tenha apontado as pré-condições existentes para a hiperinflação — empresas procurando ter ativos dolarizados ou transformar ativos financeiros em reais, indexação generalizada da economia, redução nos prazos de indexação e fuga de capitais, entre outros — Alkimar Ribeiro Moura disse que foram corretas as medidas de centralização do câmbio e medidasvalorização do cruzado e que são positivos os indicadores de menor expansão monetária em julho (12% até o dia 11, enquanto junho foi de 18,5%).